



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 11 de agosto de 2012

A CRITICA CONSEQUÊNCIA..... ECONOMIA	1
A CRITICA STJ determina volta de fiscais..... ECONOMIA	2
A CRITICA Resistência..... ECONOMIA	3
A CRITICA Tributos..... ECONOMIA	4
A CRITICA Vendas em baixa..... ECONOMIA	5
A CRITICA EM MANAUS..... ECONOMIA	6
A CRITICA Por mês, 50 mil turistas..... ECONOMIA	7
A CRITICA Em Setembro..... ECONOMIA	8
AMAZONAS EM TEMPO Servidores dos fiscais do Mapa voltam ao trabalhos..... ECONOMIA	9
AMAZONAS EM TEMPO ADESÃO..... ECONOMIA	10
DIÁRIO DO AMAZONAS Editorial..... OPINIÃO	11
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro..... OPINIÃO	12
DIÁRIO DO AMAZONAS Indústrias demitem 480 e culpam crise..... ECONOMIA	13
DIÁRIO DO AMAZONAS Oito mil empresas devem aos cofres do Estado R\$ 17 milhões..... ECONOMIA	14
DIÁRIO DO AMAZONAS Empresas sob risco de perder incentivo..... ECONOMIA	15

CONSEQUÊNCIA

Novas demissões no PIM

Neste mês foram homologadas 400 demissões, que já se somam a 14,4 mil desligamentos no ano, segundo Sindmetal

LUANA GOMES
luana.gomes@critica.com.br

Os temores da crise econômica, a concorrência com os importados e as greves deflagradas pelos servidores federais são apontados como "algozes" dos postos de trabalho no Polo Industrial de Manaus (PIM). Isto porque, neste início de mês, em torno de 400 funcionários do Distrito foram dispensados de suas funções, com base nas homologações realizadas ontem pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal-AM).

Acrescentado aos dados dos primeiros sete meses de 2012, foram realizados 14,4 mil desligamentos, número que já representa 95% do total acumulado dos 12 meses de 2011 (15,21 mil). Conforme o levantamento da entidade, dentre a maior fatia de demitidos apenas no início de agosto estavam funcionários da Yamaha, Samsung Eletrônica e Procomp.

De acordo com o presidente do Centro da Indústria do Estado

Mesa de Negociação

Na semana que vem, de 13 a 17 de agosto, o governo deve iniciar uma série de reuniões para negociar com as categorias federais que deflagraram greve, como a dos auditores fiscais da Receita Federal e dos agentes agropecuários.

do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, "desde o dia 18 de junho (quando foi deflagrada a greve parcial dos auditores fiscais da Receita Federal), não houve nenhuma empresa do PIM que não tenha sentido impactos na produção". O presidente comentou que, reféns da liberação de insumos, as indústrias tiveram que paralisar uma ou mais linhas de produção, devido às operações padrões, que resultam em tempo maior de fiscalização.

Périco avaliou que, em meio a todos os problemas enfrentados pelo polo, como a concor-

CATEGORIAS DE SERVIDORES FEDERAIS EM GREVE

-  **Ministério da agricultura**
Auditores fiscais/ agosto
-  **Ministério do Trabalho**
Auditores fiscais/ junho
-  **Receita Federal**
Auditores fiscais/ junho
-  **Polícia Federal**
agentes, escrivãos e papiloscopistas/ agosto
-  **UFAM**
professores e técnicos/ maio
-  **IFAM**
professores universitários/ junho
-  **IBGE**
vários cargos de níveis auxiliar a superior/ julho
-  **INCRA**
vários cargos de níveis auxiliar a superior/ julho
-  **FUNAI**
vários cargos de níveis auxiliar a superior/ julho
-  **FUNASA**
vários cargos de níveis auxiliar a superior/ julho
-  **Ministério da Saúde**
agentes de endemias/ julho
-  **INPA**
Fizeram paralisação, mas não estão em greve/ julho

rência desleal com os produtos chineses, muitas empresas foram obrigadas a recorrer a última medida, que é demitir pessoal. O dirigente avaliou que estes obstáculos têm prejudicado, especialmente, o segmento de duas rodas.

Segundo o diretor da Yamaha, Genoir Pierosan, "os ajustes no quadro de funcionários se devem à necessidade de adequar o ritmo de produção com a restrição na concessão de crédito". Pierosan detalhou que a multinacional japonesa aguarda o posicionamento do Poder Executivo para que o mercado reaja e não sejam necessários "novos ajustes".

Dentre os pleitos da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas e Similares (Abraciclo) ao Governo Federal e Estadual estão a redução temporária de, no mínimo, 50% do recolhimento de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que passaria de 3% para 1,5%; isenção da Taxa de Serviços Administra-

tivos (TSA) - imposta pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) - até 31 de dezembro de 2012; e isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre o consumo de energia elétrica das componentistas. Além de linhas de crédito especiais para destravar os financiamentos.

Segundo o secretário de Estado da Fazenda do Amazonas, Ispier Abrahim, o Estado aguarda sinalização positiva do Governo Federal para publicar as medidas de estímulos. Embora não acredite na hipótese, Abrahim ponderou que, caso não venham os incentivos prometidos pelo Governo Federal, a Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM) deve reestudar as medidas que se comprometeru a conceder para destinar os benefícios às empresas de forma isolada. "Entretanto, isso não daria o gás necessário às indústrias. Elas estão contando com a parcela do Governo Federal", observou.

STJ determina volta de fiscais

Liminar garante retorno dos fiscais do Mapa em greve para não afetar serviços essenciais à população

Em semana de negociação com o Governo Federal, os agentes fiscais agropecuários - que deflagraram greve esta semana - devem assegurar a partir de segunda-feira, o trabalho de 100% das atividades de controle, fiscalização e de inspeção nos portos, aeroportos e postos de fronteira, nos estabelecimentos de abate de animais de açougue (bovídeos, suídeos e aves), laticínios, bem como na certificação de frutas.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu medida cautelar impetrada pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento (Mapa), determinando a manutenção de servidores em porcentagem suficiente para a regular continuidade dos serviços indispensáveis à população.

LIBERAÇÕES

Embora essencialmente ligada ao setor primário, a paralisação

desta atividade impacta o setor industrial, devido às inspeções nas embalagens de mercadorias importadas, para evitar que uma praga de outro país penetre em território nacional.

Ainda assim, o superintendente regional do Mapa, João Barreto, frisou que o número de liberação dos contêineres em meio a operação padrão tem sido superior a dias normais. Barreto comentou que, no Porto Chibatão, costumam ser liberados 25 contêineres por dia, enquanto, apenas ontem, foram despachados 70. Ele explicou que isto ocorreu devido ao aumento no efetivo de fiscais que entregaram o cargo de chefia (estratégia do movimento) e reforçaram a fiscalização.

Por outro lado, o presidente do Cieam, Wilson Périco, comentou que esta quantidade de liberação aponta o acúmulo de contêineres que existia no local.



Fiscais realizam inspeções em portos e aeroportos, como no Eduardo Gomes

Resistência

Servidores rejeitam proposta

Técnico-administrativos das universidades federais recusam reajuste de 15,8% parcelado em três anos

BRASÍLIA (AG) - Os servidores técnico-administrativos das universidades e institutos federais de ensino rejeitaram a proposta de reajuste de 15,8%, parcelada em três anos, apresentada pelo Ministério do Planejamento. Em reunião na tarde de ontem, a categoria avisou que só aceitará esse índice se ele for pago inte-

gramente em 2013, e não até 2015, o que já foi descartado pelo secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça.

De acordo com Janine Vieira Teixeira, coordenadora-geral da Federação do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra), para que a categoria aceite o par-

celamento em três anos, o governo deve oferecer, no mínimo, 25% de aumento nos contracheques.

"Já estamos com 90% das universidades paradas. Não estamos realizando matrícula. Não vamos sair de mãos abanando", afirmou a coordenadora-geral.

Na próxima terça-feira, eles vão voltar a se reunir com o se-

cretário de Relações de Trabalho para ouvir uma resposta.

Enquanto representantes de dois sindicatos da categoria, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Universidades Brasileiras (Fasubra) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Tecnológica (Sinasefe), cerca de

Busca rápida



Movimento tranquilo no aeroporto

Ao contrário do caos registrado pela greve dos policiais federais nos aeroportos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o movimento no Aeroporto Eduardo Gomes foi tranquilo ontem. Os policiais realizam inspeções de bagagens no embarque e desembarque de voos internacionais.

60 servidores faziam manifestação em frente ao ministério.

De braços cruzados desde 11 de junho, os servidores das universidades querem um aumento de 22,8% no piso salarial, atualmente em R\$ 1.034, além de correções da carreira desde 2007.

No ano passado, os servidores técnico-administrativos fizeram uma greve de mais de 100 dias, mas foram vencidos pelo cansaço. Em um cenário de menos resistência do funcionalismo que o atual, a equipe econômica bateu o pé e excluiu a Fasubra das reuniões.

Tributos

Sefaz cobra R\$ 17 milhões

Devedoras são empresas que apresentaram inconsistências na utilização do Simples Nacional

A Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz) está enviando cartas para empresas cobrando delas impostos que somam R\$ 17 milhões.

O órgão realizou rastreamento no banco de dados dos contribuintes do Simples Nacional e identificou diversas irregularidades.

No período de 2007 a 2011, a Sefaz verificou que cerca de 8 mil contribuintes apresentam inconsistências nas declarações do Simples Nacional.

A maioria das empresas devedoras é do segmento do co-

Em números

#

12 e 13

Nesses dias, em setembro, ocorrerá o: "V Seminário Regional do Simples Nacional", nos dias 12 e 13 de setembro, no auditório da Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Amazonas (Sebrae-AM) na rua Leonardo Malcher, Centro.



Sefaz não admite perdas tributárias

mércio varejista, localizadas na capital. Entre as irregularidades identificadas estão: não recolhimento do Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), recolhimento parcial dos valores, informações incorretas de receitas sujeitas à imunidade etc.

REGISTRO

As empresas com irregularidades já estão registradas no sistema da Sefaz como inadimplentes. A regularização deve ser feita no Programa Gerador do Documento de Arrecadação

do Simples Nacional (PGDAS) ou Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório (PGDAS-D), por meio do endereço eletrônico: www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/Servicos/Grupo.aspx?grp=t&area=1.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Sefaz-AM informou que o contribuinte que não adotar o procedimento a fim de corrigir as irregularidades no lançamento ou deixar de recolher a diferença de imposto devida, ficará como inadimplente e poderá ser desqualificado do Simples Nacional, retornando ao regime Normal ou de Estimativa Fixa. Com isso, quando adquirir mercadorias de outros Estados irá pagar a diferença de alíquotas com agregado de 80%. O resultado prático será a elevação dos custos operacionais.

Vendas em baixa

Duas rodas faz cobrança ao governo

SÃO PAULO (AE) - A indústria brasileira de motocicletas recorreu ao Governo Federal e aos bancos para tentar reverter um cenário que já mostra uma baixa de 15,8% na produção e de 17,6% nas vendas às concessionárias neste ano até julho, ante igual período de 2011.

Sem muito alarde, a Associação

Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicycletas e Similares (Abraciclo) entregou ao governo um pedido para a criação de medidas específicas ao setor, como já ocorreu com o setor de veículos.

“O que pleiteamos junto ao governo são ações temporárias

Renda baixa

“Temos de considerar que 49% dos consumidores de motos são das classes D e E, que têm a renda já comprometida com outros compromissos financeiros”, disse José Eduardo.

para incentivar o setor a superar essa situação difícil. Apresentamos ainda um raio X da cadeia e o pedido está em análise”, afirmou José Eduardo Gonçalves, diretor executivo da Abraciclo, sem, no entanto, detalhar quais medidas foram solicitadas. O desempenho do setor neste ano fez a Abraciclo rever as estimati-

vas, do início do ano, que previam uma alta de 5% na produção e nas vendas ante 2011, para uma queda de 10% a 15%.

Como 80% das vendas de motos são financiadas e diante de um cenário no qual apenas 20% dos pedidos são aprovados pelas instituições financeiras, a Abraciclo realizou ainda reuniões com grandes bancos para, segundo Gonçalves, “buscar uma maneira de flexibilizar o crédito” para o setor. xxx

EM MANAUS

Muitos hotéis, baixa ocupação

No primeiro semestre, das 5 mil unidades existentes no setor hoteleiro local, apenas 49% foram efetivamente ocupadas

RENATA MAGNENTI

renatamagnenti@acritica.com.br

Manaus tem hoje um total de 5 mil unidades de habitação na rede hoteleira, suficiente para acomodar os turistas que visitam a cidade. No entanto, no primeiro semestre menos da metade das unidades (49%) foram efetivamente ocupadas. De olho nesse dado, o presidente da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis no Amazonas (ABRH-AM), Roberto Bulbol, questiona se realmente são necessárias mais 3 mil unidades previstas para serem lançadas até 2014.

A expectativa de Bulbol é que o setor alcance até o final do ano a média de ocupação registrada em 2011 de 56%. Segundo ele, a preocupação é quanto ao futuro



Clóvis Miranda / 26/nov/2009

Até 2014, Manaus terá 8 mil unidades habitacionais na rede hoteleira

e as inaugurações para a Copa do Mundo. "Teremos um total de 8 mil unidades. Temo que não teremos turistas para ocupá-las. O que faremos?", questiona.

Na visão do empresário, que

atua no segmento há 50 anos, o governo faz muito pouco para atrair novos turistas. "É certo que vivemos um período de crise, em que os turistas europeus e norte-americanos estão viajando



Luz Vasconcelos

Roberto Bulbol, presidente ABIH-AM

menos. Porém, é vergonhoso trazer um turista para ver um centro da cidade tomado por ambulantes, com mau cheiro, sujo, entre outros problemas", disparou.

Devido à baixa ocupação,

Bulbol destaca que os custos para se manter um hotel ficam ainda mais elevados. Além da folha de pagamento, o custo com energia elétrica é alto. Os hotéis, que têm subestação própria, recebem energia em alta e a transformam em baixa voltagem. Bulbol defende a ideia de que o Governo do Estado ofereça ao segmento tratamento tributário diferenciado em relação aos 25% referentes ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da energia. "As fábricas têm incentivos de ICMS, próprios do modelo Zona Franca. Nós também precisamos subsídios", afirmou. Hoje, o setor tem incentivo municipal e deixou de pagar 5% de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) para pagar 2%.

Blog

Isper Abrahim

SECRETÁRIO ESTADUAL DE
FAZENDA

"Não há possibilidade de discutir ou estudar a viabilidade de incentivos ao setor hoteleiro. Hoje, a renúncia fiscal do Estado está voltado para beneficiar o setor de duas rodas, as fábricas componentistas do setor e do segmento de eletroeletrônicos que compõe a matriz econômica do Amazonas. Por outro lado, a arrecadação do fisco serve para manter os compromissos do Governo em dia. Temos folha de pagamento, obras em escolas, recursos para saúde e tantas outras atribuições para sustentar o sistema. Isso não quer dizer que iremos ignorar o setor hoteleiro. A pausa é justa. Mas, neste momento, qualquer discussão sobre redução de ICMS está fora de cogitação."

Por mês, 50 mil turistas

O Amazonas recebe por mês, segundo a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur), 50 mil turistas, de um universo de 250 mil pessoas que desembarcam no Amazonas, segundo a Infraero. A maioria é de brasileiros e, na avaliação da Amazonastur, que estima para este ano crescimento de 12% na recepção de turistas

ante o ano 2011.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o órgão informou que, ao contrário do que pensa a ABTH, os novos hotéis não são para atender demandas da Copa do Mundo de 2014, pois foram anunciados em 2008.

De 2010 para 2011, o crescimento de turistas no Amazonas cresceu 12,7% passando de 665 mil para 750 mil. A expectativa da

empresa é que este ano se registre o mesmo crescimento. Na avaliação da Amazonastur, o Estado é atração para turistas nacionais e estrangeiros. Porém, hoje, por conta da crise mundial, o turista nacional é o que mais visita o Estado.

Para a Amazonastur, após a Copa Manaus não teremos uma espécie de cemitério de hotéis, visto que os empreendimentos

nesse ramo foram lançados em 2008, antes mesmo de se discutir a temática Copa do Mundo.

Para a estatal é necessário que se fomente o Amazonas como ponto turístico e não somente de *business*. Para isso, a Amazonastur integra o *Projeto Goal to Brasi*, da Embratur, para divulgar o Estado como destino no período de Copa e posterior ao período 2014.

Na última semana, a presidente da Amazonastur, Oreni Braga, esteve em Bogotá divulgando o Amazonas e tem via-



Turistas estão vindo em maior número

gens marcadas para fazer o mesmo trabalho no Canadá, Espanha e França. A empresa ressalta que essa divulgação deve ser feita também pelos empresários da rede hoteleira, que devem vender seus hotéis.

O que confirma a posição do Amazonas entre os Estados mais atrativos, de acordo com a Amazonastur, é a expansão de companhias aéreas com novos voos para Manaus. Dados apontam o interesse de companhias operarem voos diretos de Manaus para a Europa.

Em Setembro

Substituição tributária no Estado

Amazonas segue outros Estados e adere a mecanismo que facilita arrecadação de tributos

A partir do dia 1º de setembro, o Estado do Amazonas passa a praticar a chamada substituição tributária interna, já implementada em outros Estados como São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Nessa modalidade de cobrança do ICMS, o primeiro contribuinte da

cadeia produtiva recolhe o tributo de todas as etapas seguintes.

O valor será pago na entrada no Amazonas, quando se tratar de produtos procedentes de outros Estados, e na primeira saída interna, quando produzidos no Polo Industrial de Manaus

(PIM). A lista de produtos sujeitos à substituição tributária a partir do mês que vem, compreende: materiais de limpeza; instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, cinematografia, medida, controle e precisão; papel e cartão, bem como suas

obras de pasta e celulose; aparelhos de telefonia celular; mobiliário; camas, assentos e demais artigos de colchoaria; brinquedos; charques e toucinhos defumados, produtos da indústria alimentícia, entre outros.

No Amazonas, a margem de

Busca rápida



Maior dificuldade para sonegar

A gerente de legislação da Sefaz-AM, Daniele Ramos Torres, disse que a principal vantagem da substituição tributária é que ela reduz a sonegação fiscal e torna a fiscalização mais efetiva.

valor agregado (MVA), que tenta prever quanto o produto vai custar ao chegar às mãos do consumidor final, foi calculado com base nas informações da nota fiscal eletrônica. Assim, um celular que entre em Manaus proveniente de outro Estado com valor declarado na nota fiscal de R\$ 100, - mas que deve ser vendido a R\$ 129, - pagará 17% de ICMS sobre o valor da venda ao consumidor final que será de 129 - menos os 7% já pagos no Estado de origem, e nada mais.

Servidores dos fiscais do Mapa voltam ao trabalhos

Determinação do STF, em resposta à medida cautelar do Mapa, determina retorno na segunda

**RICHARD RODRIGUES
E ASSESSORIA**
Equipe EM TEMPO

Por determinação da Justiça, a partir da próxima segunda-feira, os serviços de desembarço de mercadorias nos portos e aeroporto da capital amazonense, realizados pelos servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), voltarão à normalidade. A determinação, expedida ontem, partiu do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Napoleão Nunes Maia Filho, que acolheu medida cautelar impetrada pelo órgão ministerial na última quarta-feira.

Com a decisão, os fiscais devem assegurar o trabalho de 100% das atividades de controle, fiscalização e de inspeção vinculadas à Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária, ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal e ao Departamento de Sanidade Vegetal, levadas a efeito nos portos, aeroportos e postos de fronteira, nos estabelecimentos de abate de animais de açougue (bovídeos, suídeos e aves), laticínios, bem como na certificação de frutas.

A determinação estabelece,

ainda, que o mínimo de 70% de fiscais atuem nas atividades exercidas pelos seguintes departamentos e coordenações da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), na sede em Brasília, assim como nas unidades descentralizadas do ministério nas unidades da federação: Coordenação-Geral de

REFLEXO

Sindicato dos fiscais agropecuários no Amazonas garante o cumprimento da determinação a partir da próxima semana, mas acredita que representação vai recorrer na Justiça

Apoio Laboratorial; Laboratórios Nacionais Agropecuários; Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária; Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas; Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários; Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal; Departamento de Saúde Animal e Departamento de Sanidade Vegetal.



REPRODUÇÃO

Medida judicial estabelece percentual mínimo de fiscais em cada área do ministério

Anffa vai recorrer da sentença

A medida não foi contestada pela delegacia Regional do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical) no Amazonas. "Teremos de cumprir a lei e a fiscalização será normalizada

a partir de segunda-feira", disse o presidente da entidade, Rodrigo Leite, ao informar que o Estado dispõe de 30 servidores e todos estarão em seus postos de trabalho. O dirigente salientou,

ainda, que, embora os servidores cumpram a determinação, a Anffa Nacional deverá entrar com um recurso contra a decisão do STF. "A diretoria-executiva da Anffa em Brasília deverá recorrer da sentença", frisou.

ADESÃO

Substituição tributária de ICMS no AM

A partir do dia 1º de setembro, o Amazonas passa a praticar a chamada substituição tributária interna, já implementada em outros Estados, como São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Nessa modalidade de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o primeiro contribuinte da cadeia produtiva recolhe o tributo de todas as etapas seguintes.

O valor será pago na entrada no Amazonas, quando se tratar de produtos procedentes de outros Estados, e na primeira saída interna, quando produzidos no Polo Industrial de Manaus (PIM).

A lista de produtos sujeitos a substituição tributária, a partir do mês que vem, compreende materiais de limpeza, instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, cinematografia, medida, controle e precisão, papel e cartão, bem como suas obras de pasta e celulose, aparelhos de telefonia celular, mobiliário, camas, assentos e demais artigos de colchoaria, brinquedos, charques, toucinhos defumados e produtos da indústria alimentícia, entre outros.

De acordo com a gerente de elaboração de legislação tributária da Secretaria do Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), Daniela Torres, a substituição tributária reduz a sonegação fiscal e torna a fiscalização mais efetiva.

Editorial

Crise pressiona política fiscal

A pós anos de esforço fiscal para desenvolver o Polo Industrial de Manaus (PIM), o Governo do Amazonas agora busca amenizar as perdas tributárias com a política de restituição do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

As empresas que recebiam 100% de restituição do imposto agora

terão projetos reavaliados. Entre os critérios a serem utilizados estão a geração de emprego e aquisição de insumos regionais. Já quem não atendeu ao chamado da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) terá o percentual de 'devolução do tributo' reduzido automaticamente para 55% a partir de 2013.

A medida é louvável, legítima e surge em um momento de crise, quando o Estado sente a queda na arrecadação própria em consequência da crise no consumo pela qual passa o País.

Não é de hoje a crítica que se faz quanto ao tamanho da renúncia fiscal

As empresas que recebiam 100% de restituição do imposto (ICMS) agora terão projetos reavaliados.

'exigida' pelo modelo Zona Franca de Manaus. Aliás, este é o maior mote dos considerados 'inimigos da Zona Franca de Manaus'. Há os que defendem, ferrenhamente, que este é um mal necessário, mas também é fato que a geração de emprego nas fábricas e os impostos recolhidos poderiam ser maiores se as

O Estado tem o direito de rever sua política fiscal, mas também é preciso criar um melhor ambiente de negócios.

regras do jogo fossem mais favoráveis ao Estado. Além disso, se considerarmos ainda que as companhias aqui instaladas pouco investem no desenvolvimento de projetos socioculturais, tal crítica ganha ainda mais força.

Por outro lado, não podemos deixar de admitir que os governos pouco

fizeram para tornar o modelo econômico mais eficiente e menos dependente da política de incentivos fiscais. A malha viária, hidrovias, portos e aeroportos quase não evoluíram em décadas. Aliado à burocracia, a infraestrutura necessária à importação de insumos e a saída de produtos acabados segue obsoleta.

O Estado tem o direito de rever sua política fiscal, mas também é preciso proporcionar um melhor ambiente de negócios para o investidor, que decide produzir em Manaus, 'distante' dos grandes centros consumidores.

Claro & Escuro

PIM Pauderney em Brasília

Em Brasília, cumprindo agenda parlamentar, o candidato a prefeito de Manaus, Pauderney Avelino (DEM), aproveitou para se reunir com o secretário da Receita Federal, Carlos Barreto, e pediu a ele que não tribute as indústrias de autorádios e softwares, produzidos no PIM, pelo faturamento, para não onerar o setor e elevar o preço ao consumidor.

Indústrias demitem 480 e culpam crise

▼ Sindicato afirma que empresas têm recorrido a 'rodízios' de funcionários e descarta haver crise

TEXTO Ennas Barreto e Daisy Melo
FOTO Divulgação

MANAUS

Foram homologadas em torno de 480 demissões de trabalhadores do Polo Industrial de Manaus (PIM) no Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal/AM), somente ontem. As empresas Samsung, Paladium e Procomp concentraram o maior número de desligamentos. As demissões são reflexos da crise econômica, segundo uma das entidades patronais.

"Há dificuldade de vendas, estamos fazendo de tudo para não demitir, já usamos de tudo, férias coletivas, remuneras, só que tem horas que não dá mais, dói dizer isso, mas é verdade", desabafou o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Me-

OS NÚMEROS

14 mil

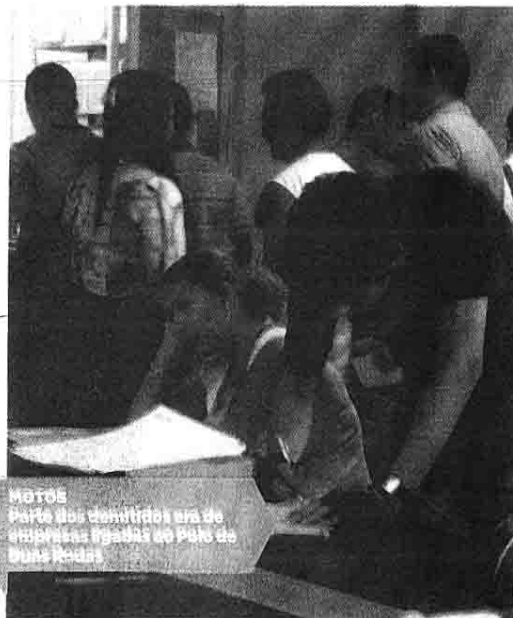
▼ **foi o total de demissões homologadas no Sindmetal/AM de janeiro a julho deste ano. O número é 90% superior em relação a igual período de 2011.**

cânicas e de Material Elétrico de Manaus (Simmmem) Athaydes Mariano Félix. De acordo com o representante industrial, o Polo de Duas Rodas e seus 'clusters', que são os componentistas, são os setores que mais estão demitindo no PIM. "Já visitei algumas fábricas e é grande a quantidade de motos estocadas", afirmou.

Funcionários da Yamaha e Dafra estavam entre os que registraram os desligamentos ontem no Sindmetal. Além

dessas fabricantes de motos foram homologadas as demissões das empresas Sony, Bic, Digibrás, Procomp, Paladium, HDL e Samsung também durante a manhã, período em que foram computadas quase 400 demissões. "Já no turno da tarde deram entrada mais 80 homologações", informou a assessoria do sindicato.

De acordo com a secretária de Formação do Sindicato dos Metalúrgicos (Sindmetal), Dulce Mendonça, há empresas que trabalham fazendo rodízios de funcionários, como é o caso da Samsung. "A empresa demite um funcionário que trabalha há anos e contrata outro que ganhe apenas o piso. É vantajoso para os patrões. Não existe crise na fábrica, é uma maneira de se beneficiar, mas vamos verificar se todos os direitos dos trabalhadores estão sendo respeitados", afirmou.



MOTÔE
Parte das demissões era de empresas ligadas ao Polo de Duas Rodas

Trabalhadores lotaram nesta sexta-feira o **Sindicato dos Metalúrgicos** para terem rescisões homologadas

Oito mil empresas devem aos cofres do Estado R\$ 17 milhões

Devedores, enquadrados no Simples Nacional, são na maior parte varejistas

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Nathalie Brasil/14/06/12

MANAUS

Aproximadamente 8 mil empresas enquadradas no Simples Nacional estão devendo R\$ 17 milhões em impostos para a Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM). A maioria é pertencente ao setor do comércio varejista e o fisco estadual já enviou notificações de cobrança a essas companhias.

A secretaria chegou aos sonegadores por meio de um rastreamento no banco de dados dos contribuintes do Simples Nacional e identificou diversas irregularidades no período de 2007 a 2011. Dentre as inconsistências encontradas estão o não recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou coleta parcial do tributo, além de informações incorretas de receitas sujeitas à imunidade fiscal.

De acordo com o secretário executivo da Fazenda, Juares Tridapalli, esta é a primeira ação que a pasta realiza com esse tipo de contribuinte. "Por meio dos documentos fiscais eletrônicos, começamos a identificar essas inconsistências, como a omissão de pagamento. Nós recebemos informações da Receita Federal e cruzamos tanto as notas emitidas quanto os gastos com cartão de crédito", explicou.

Tridapalli adiantou que a próxima etapa da ação, já em andamento, é a intimação das empresas que não se enquadram mais no Simples Nacional. Segundo o secretário executivo, elas serão notificadas do processo de retirada do programa e terão um período para apresentar defesa.

Conforme a Sefaz-AM, as empresas com irregularidades estão registradas no sistema da secretaria como inadimplentes e a regularização pode ser feita no Programa Gerador do Documento de Arrecada-



Quem não adotar o procedimento a fim de corrigir as irregularidades ficará como inadimplente e poderá ser excluído do Simples Nacional

OS NÚMEROS

3,5

Milhões é o limite máximo de faturamento que as empresas incluídas no Simples Nacional podem alcançar em um ano. A Sefaz-AM vai solicitar a retirada do programa às que ultrapassarem esse valor.

dimento a fim de corrigir as irregularidades no lançamento ou recolher a diferença de imposto devida, ficará como inadimplente e poderá ser excluído do Simples Nacional, retornando ao regime Normal ou de Estimativa Fixa. Com isso, quando adquirir mercadorias de outros Estados a empresa é obrigada a pagar a diferença de alíquotas com agregado de 80%.

Seminário

A Sefaz-AM realiza o 5º Seminário Regional do Simples Nacional, nos dias 12 e 13 de setembro, no auditório do Serviço de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas do Amazonas (Sebrae-AM), na Avenida Leonardo Malcher, 924, Centro. As palestras gratuitas são direcionadas para contadores, empresários, universitários, servidores públicos municipais, estaduais e federais com o intuito de esclarecer dúvidas que possam comprometer o lançamento dos impostos.

As empresas enquadradas no Simples Nacional, geralmente de pequeno e médio porte, pagam de forma unificada, ou seja, em apenas uma guia, os tributos federais, estaduais e municipais, como o Imposto Sobre Serviços (ISS).

ção do Simples Nacional (PG-DAS) por meio do site da Receita Federal.

Quem não adotar o proce-

Empresas sob risco de perder incentivo

Estudo sobre competitividade está sendo elaborado pela Secretaria de Planejamento do Estado

TEXTO Laís Motta
FOTO Eraldo Lopes/08/11/11

MANAUS

Empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) podem perder o benefício de 100% de restituição do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a partir de primeiro de janeiro de 2013. Um estudo sobre a competitividade do PIM está sendo realizado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento do Amazonas (Seplan) e indicará quais fábricas terão os 100% de restituição, baseado em informações sobre o custo de produ-

ção dos itens amazônicos e o custo de produtos nacionais e internacionais.

Cerca de cem empresas entregaram os documentos que compõem o custo de produção dos bens, como gastos com mão de obra, frete, matéria-prima, carga tributária e preço dos produtos concorrentes nacionais e importados. O prazo, que foi prorrogado duas vezes, encerrou no último dia 31 de julho.

Outras 80 fábricas não entregaram as informações e devem pagar multa de R\$ 5 mil. As fábricas que não apresentarem as informações terão o incentivo reduzido para 55% a partir de janeiro.

Representantes da indústria avaliam a medida como mais um fator que agrava o problema da competitividade com outras regiões.

“Não podemos somente focar no aumento da arrecadação sob risco de tirarmos essa competitividade”, disse o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco.

O presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus (Sinmen), Athaydes Mariano Félix, disse que não sabia da medida com detalhes, mas não acredita que seja o melhor momento para o aumento da tributação.



NOVE ANOS DEPOIS
O estudo de competitividade
é previsto pela Lei n° 2.826
desde 2003

O estudo **comprovará** quais empresas instaladas no PIM necessitam de 100% do incentivo fiscal estadual